

RESENHAS REVIEWS

COLIVA, Annalisa. *The Varieties of Self-Knowledge*. London: Palgrave Macmillan, 2016.

Neste livro, Coliva tem como objetivo estabelecer sua própria teoria sobre autoconhecimento de estados mentais de primeira pessoa. Para isso, a autora analisa importantes teorias já estabelecidas sobre autoconhecimento para, enfim, apresentar uma teoria pluralista própria. No capítulo 1, há uma introdução que expressa a principal preocupação do livro: autoconhecimento de primeira pessoa. No capítulo 2, Coliva apresenta o escopo da análise estados mentais presentes em sua investigação: percepções e sensações; dois tipos de atitudes proposicionais: crenças-como-compromissos e crenças-como-disposições; e emoções. No capítulo 3, é introduzida a diferença entre autoconhecimento de primeira e terceira pessoas.

Neste mesmo capítulo também é introduzida uma ferramenta importante para sua análise das abordagens de outros autores sobre o autoconhecimento: o teste de SK (*self-knowledge*). Assim, as teorias teriam de “passar” pelos seguintes critérios: ausência de fundamento (*groundnessless*), transparência e autoridade. Esses critérios buscam estabelecer as condições para uma abordagem ser explanatória sobre autoconhecimento de primeira pessoa. A ausência de fundamento pode ser resumida à ideia de que o autoconhecimento não é resultado de processos cognitivos como observar ou inferir de algo uma possível causa. Sua concepção moderada exige que o autoconhecimento não seja nem inferencial nem observacional. Sua concepção robusta exige que o autoconhecimento não seja nem inferencial, nem observacional, nem mesmo epistemicamente fundamentado na consciência prévia de nossos próprios eventos mentais. A transparência requer disponibilidade à consciência (o sujeito estar ciente de, estar atento). Sua concepção moderada requer que um estado mental esteja fenomenologicamente saliente ao sujeito. Sua concepção robusta inclui as condições-C (domínio conceitual, lucidez, atenção e bom funcionamento cognitivo). A autoridade é atribuída quando há sinceridade, competência e responsabilidade em relação aos conceitos utilizados para autoatribuição de estados mentais.

A partir do capítulo 4, começam a ser analisadas abordagens de diversos autores quanto ao autoconhecimento, sempre tendo em vista os critérios de SK. Neste capítulo são analisadas abordagens epistemicamente robustas, como as teorias do sentido interno de Armstrong e Lycan, as teorias inferenciais de Gopnik e Cassam e as teorias da simulação de Goldman e Gordon. No capítulo 5, são consideradas as abordagens

epistemicamente fracas, como o internalismo racional de Peacocke, o racionalismo externalista de Burge e o método da transparência de Evans.

No capítulo 6, Coliva abandona abordagens epistêmicas para ver como o expressivismo wittgensteiniano poderia dar conta do autoconhecimento. Dentro de uma complexa teoria do expressivismo, os pontos que gostaríamos de destacar são que não há exatamente uma epistemologia do “mental”, pois o conhecimento de nossas intenções e sensações depende de circunstâncias. Assim, nós não temos qualquer espécie de acesso interno a estas, pois no momento em que as temos, o conhecimento é dado pelo ato de expressá-las. Isso quer dizer que o expressivismo consiste em que, a partir das atitudes proposicionais como crer, esperar etc., é preciso que as autoatribuições sejam feitas no sentido de substituir peças do comportamento instintivo. Para isso é necessário que atitudes proposicionais também tenham algum tipo de reações primitivas. Como no caso da criança que, a partir de reações primitivas, aprende certas atitudes proposicionais. O problema nessa teoria, para Coliva, é que Wittgenstein defende que, em quase todos os casos de atitudes proposicionais, a não ser na crença, há substituições de comportamentos pré-linguísticos. No entanto, Coliva acha vaga a maneira como poderiam ser diferenciados esses comportamentos pré-linguísticos para uma possível atribuição de autoconhecimento.

No capítulo 7, são colocadas em xeque as teorias constitutivistas de Shoemaker, Wright, Bilgrami e considerações da própria Coliva. Coliva, em sua própria abordagem, defende os dois lados da tese constitutivista propostos por Shoemaker (ênfase na transparência) e Wright (ênfase na autoridade). No entanto, limita seu interesse ao conhecimento de atitudes proposicionais na forma crenças-como-compromissos e sujeitos que possuam domínio conceitual relevante. Nessa proposta, autoatribuições como “Eu acredito que *P*” são ensinadas de maneira cega, como expressões alternativas da mente de outra pessoa. Assim, sempre que alguém estiver em posição de julgar que *P*, este estará, ao mesmo tempo, em posição de reconhecer que julga que *P*. O sujeito tem conhecimento de seus estados mentais sem realização epistêmica.

O último capítulo é dedicado à própria teoria pluralista de Coliva. Sua posição é constitutivo-expressivista. No que diz respeito às crenças-como-compromissos, adota uma postura constitutivista que já elaborara no capítulo anterior, agora com a ressalva de que não é possível lidar com autoatribuições de crenças-como-comprometimentos no passado. No que diz respeito ao tratamento das emoções, sensações e percepções, há um constitutivismo fraco (apenas levar em conta as condições-C) e o tratamento principal das autoatribuições desses estados mentais é expressivista. Por fim, Coliva analisa casos de autoconhecimento de terceira pessoa, que permitem explicar emoções complexas e crenças-como-disposições.

Entre o expressivismo e o constitutivismo Coliva pretendeu ter explicado o autoconhecimento de crenças-como-compromissos, crenças-como-disposições, sensações, percepções e emoções. Estes foram os estados mentais colocados sob análise no início

do livro e sobre os quais o tema do autoconhecimento de estados mentais parece se esgotar. Os critérios para o teste de SK parecem não ser suficientes, ao contrário do que Coliva expõe no início do livro, para apresentar uma boa teoria, pois a maioria das teorias que a autora julga insuficientes em vários sentidos passam no teste de SK.

Também, apesar de dedicar uma seção ao sentido interno de Armstrong, Coliva parece ter evitado o tempo todo considerar o sentido interno como uma possibilidade de acessar nossos estados mentais, especialmente emoções, sensações e percepções. De fato, o sentido interno não dá conta de sua preocupação maior, as crenças-como-compromissos. No entanto, já que a autora se propôs a formular uma teoria pluralista, seria interessante explorar contribuições do sentido interno na seção que trata das sensações e percepções. Coliva tenta dar conta destas a partir, principalmente, do expressivismo, mas parece que o expressivismo tem sempre uma base fenomenológica cuja mera expressão não bastaria para diferenciar qualitativamente sensações, especialmente. Digamos que o sujeito tem a mesma expressão para uma dor mediana e uma dor fortíssima. Se posteriormente ele refina a expressão instintiva de urros e gritos e consegue dizer “essa dor é mediana” ou “essa dor é fortíssima”, como poderíamos dizer que foi pela mera expressão que isso aconteceu? Seria preciso um acesso interno à base fenomenológica da dor para saber o aspecto qualitativo da dor, uma vez que a expressão é a mesma.

Diante de tal exposição, podemos dizer que este livro contribui mais para reavaliar posições acerca do autoconhecimento do que para apresentar uma nova tese que abarque todas as formas de autoconhecimento, pois, ainda que pluralista, a explicação constitutiva-expressivista não parece suficiente para explicar o autoconhecimento de estados mentais relacionados a sensações e percepções. Portanto, parece que aqui ainda não temos uma teoria que explique suficientemente os aspectos do autoconhecimento de nossa própria vida mental.

MARIANE FARIAS DE OLIVEIRA
Mestranda no PPGFil da Universidade Federal de Santa Maria
BRASIL
emaryfarias@gmail.com